

## **MEMÓRIA E MOBILIZAÇÃO POPULAR NA FAVELA NOVA HOLANDA – MARÉ – RJ**

**Monique Batista de Carvalho**

A investigação em questão<sup>1</sup> trata da memória coletiva dos moradores de Nova Holanda, uma das 16 comunidades que formam o Complexo da Maré<sup>2</sup>, no que se refere ao seu movimento associativo. O elemento central da análise é a formação da Chapa Rosa, que, após sua vitória no pleito de 1984, proporcionou inúmeras transformações naquele espaço, o que significou um marco na história da favela.

Sabendo-se que o processo de rememorar pode ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual, o objetivo desse trabalho é compreender os aspectos mais relevantes em relação à formação e à atuação da Chapa Rosa. Pretende-se, a partir da memória dos atores envolvidos direta ou indiretamente no processo, privilegiar como metodologia a história oral.

Para tanto, é fundamental agregar aspectos como identidade e compreender como acontece a relação dos moradores com aquele espaço. O foco dessa identificação se dará a partir do reconhecimento de como construíram suas memórias, tendo como referenciais determinados lugares que foram apropriados e transformados pelo grupo e que se pode considerar como patrimônio da comunidade.

### **Aspectos históricos:**

A Chapa Rosa foi o resultado de um processo de mobilização popular que ocorreu em Nova Holanda desde final dos anos de 1970. Este tinha desde sua origem a conquista de equipamentos urbanos básicos, tais como a canalização de redes de água potável, esgoto sanitário e de energia elétrica. Contudo, as demandas foram ampliadas, principalmente a partir dos anos 1980, sendo a luta pela direção da Associação de Moradores a principal bandeira a ser buscada.

Embora a Associação de Moradores já existisse desde o início dos anos de 1980, por imposição do Projeto Rio<sup>3</sup>, ela não representava efetivamente os interesses dos moradores.

A Fundação Leão XIII, que funcionava como a administradora de Nova Holanda, interveio no processo de formação da Associação de Moradores, aclamando uma diretoria com integrantes vinculados à instituição, não havendo, então, eleição direta.

Entendemos, desse modo, que a intensa mobilização dos moradores tenha sido motivada pela falta de participação no processo de constituição da sua organização comunitária, bem como têm raízes na própria conformação da favela Nova Holanda, que passamos a relatar a seguir:

Nova Holanda possui uma população de 11.295 habitantes, distribuídos em 2.967 domicílios, representando 8,6% da população total da Maré<sup>4</sup>. Foi inteiramente planejada e construída pelo poder público em 1962 para ser um Centro de Habitação Provisória (CHP), em um processo iniciado pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que tinha como política para favelas a sua eliminação, através da transferência de seus moradores para regiões distantes do centro da cidade. Sua ocupação se deu até meados de 1971, com moradores oriundos das favelas do Esqueleto, Morro da Formiga, Morro do Querosene, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho, favelas situadas, na Zona Sul e, também, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

O objetivo desses centros era a transformação social daqueles indivíduos e, para isso, contava com a presença constante da Fundação Leão XIII e de um posto policial, que tinham como finalidades manter a ordem e desenvolver hábitos de boa convivência entre os favelados, que logo seriam removidos para Conjuntos Habitacionais.

As habitações eram uniformes, em lotes de 5x10 metros, possuindo uma sala, dois quartos, uma cozinha e um quintal. Por ter um caráter provisório, as casas foram construídas em madeira, em dois padrões básicos: unidades individuais simples e o modelo dúplex, com dois pavimentos. As redes de água e esgoto, construídas também para funcionar provisoriamente, não atendiam as necessidades de todos os moradores, assim como o fornecimento de energia elétrica.

As promessas feitas pelos representantes do Estado em relação à remoção definitiva não ocorreram; poucos foram os moradores que de fato saíram de Nova Holanda para

habitar os Conjuntos Habitacionais. Observamos, pelos relatos, que não havia dentre os moradores um sentimento de pertencimento àquele espaço, pois, no imaginário, a qualquer momento, eles poderiam ser retirados dali. Sem contar as precárias condições de vida na década de 1970 e a política coercitiva exercida pela Fundação Leão XIII que também eram um constante na vida daqueles indivíduos.

O primeiro grupo organizado que se formou foi o “Grupo de Mulheres”. As reuniões eram estimuladas por uma equipe de médicos e técnicos vinculados ao CEBES (Centro Brasileiro de Estudos da Saúde) que desenvolviam um trabalho na comunidade com a finalidade de discutir questões relacionadas à saúde, através de palestras e de atendimento médico em local denominado Posto de Saúde Comunitária, ou Postinho, como era mais conhecido pelos moradores.

A partir do ano de 1981, o trabalho no Postinho toma novos rumos e se volta para a formação de agentes de saúde locais, visto que a idéia central era a de se formar grupos dentro daquele espaço que pudesse ter uma maior participação dos moradores no enfrentamento de seus problemas. Para isso, eram realizadas reuniões na rua, onde todos pudessem manifestar sua opinião.

A Escola Municipal Nova Holanda, também participa das ações realizadas junto ao Posto de Saúde, e um dos primeiros programas implementados por esse projeto de Educação e Saúde foi o Programa de Saúde Escolar (PROSE), incluído no currículo de ciências. O que se percebe é que, além da preocupação com questões de saúde, o movimento caminhava em direção à educação, com um ingrediente importante que foi o envolvimento dos próprios moradores.

Dessa maneira, tendo como ponto de partida a formação do Grupo de Mulheres e o desenvolvimento do Posto de Saúde Comunitária, o movimento ganha novas forças, outros grupos se associam nessa luta e outras entidades são criadas dentro da mesma lógica participativa. Há uma ampliação nos objetivos: a conquista da Associação de Moradores. Essa vem se materializar com a constituição de uma Chapa que continha membros de todas

as entidades locais, mas com hegemonia das mulheres, a chapa foi batizada de Chapa Rosa.

Após uma intensa disputa, consegue-se deflagrar um processo eleitoral. Uma comissão é formada com membros das duas chapas concorrentes e da Fundação Leão XIII. Determinam as regras para a eleição que se realiza em 15 de novembro de 1984. A Chapa Rosa elegeu Eliana Sousa Silva, primeira e mais jovem mulher presidente de uma Associação de Moradores de favela.

A conquista da Associação de Moradores pela Chapa Rosa representou uma ruptura com o “fantasma da remoção” e, principalmente, com a Fundação Leão XIII. Até aquele momento, os moradores não consideravam Nova Holanda como sendo o seu local de moradia permanente, não tinham uma identidade, já que achavam que a qualquer hora poderiam ser retirados dali para outras localidades.

Foram nove anos à frente da Associação, de 1984 até 1993, com ações políticas voltadas para educação, habitação e saúde. A partir desses eixos, foram realizadas diversas ações na comunidade, tanto em relação a obras de infra-estrutura, relacionadas à luz, água, saneamento básico e equipamentos de lazer como a Praça do Valão. E, também, em relação à criação de outras instituições comunitárias como o Posto Odontológico, a creche/escola e a Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda (COOPMANH).

### **Memória, identidade e patrimônio:**

Tendo em vista o cenário apresentado, construído a partir de algumas entrevistas realizadas com os moradores de Nova Holanda no corpo da pesquisa, como também com a literatura disponível referente ao tema, algumas questões nos chamam a atenção por constituir elementos fundamentais para uma melhor compreensão de todo o processo e de como ainda refletem na vida dos moradores.

Podemos dizer a respeito da memória que ela é uma reconstrução do passado vivido a partir de elementos do presente, seja através da repetição dos comportamentos

aprendidos ou da narração dos fatos. Ela não é autônoma, mas relacional, se lembramos é porque a situação presente nos faz lembrar.

Como analisou Bosi<sup>5</sup>, “*na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado*”. A lembrança é uma construção realizada a partir de elementos do presente. A imagem que se tem da infância, por exemplo, é uma representação constituída a partir da nossa vivência, influenciada pelo nosso contexto social.

Nesse sentido, a memória se constitui como uma categoria fluida, que carrega consigo uma série de elementos da subjetividade, mas que, por outro lado, é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Segundo Wehling e Wehling<sup>6</sup>, a memória coletiva pode ser um instrumento para a afirmação de identidade, principalmente de grupos minoritários em uma mesma sociedade.

Da mesma forma, Pollak<sup>7</sup> revela que a memória “*é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes*”. Contudo, devemos lembrar que existem na memória tanto coletiva quanto individual, marcos invariantes, imutáveis.

Desse modo, o autor elenca alguns pontos que considera como constitutivos da memória. O primeiro se refere aos acontecimentos vividos pessoalmente ou pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Podem ocorrer acontecimentos traumáticos que marcaram determinada região ou grupo, o que faz com que a memória do acontecimento seja passada ao longo do tempo com um alto grau de identificação. Mesmo que as pessoas não tenham realmente participado de tal episódio, vivido nessa época, ela se sente parte do grupo por conhecer muito bem aquela situação, de tal forma que fica a impressão de ter vivido realmente. É o que o autor considera como o sentimento de pertencimento a partir de uma identificação com o passado. Além dos acontecimentos, a memória também é formada por personagens e lugares. Esses três elementos de acordo com os argumentos de Pollak são os agentes constitutivos da memória.

Nesse sentido, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade<sup>8</sup>”, pois o sentimento de identidade está relacionado ao sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Castells<sup>9</sup> nos revela que a identidade está relacionada a significados, a experiência de um povo, é por definição, o “... processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”. É construída por meio de um processo de internalização e “... quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem”.

A construção da identidade se dá entre outros elementos a partir da memória coletiva. Os indivíduos ou grupos processam esses elementos e “reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão espaço/tempo”<sup>10</sup>.

Segundo Castells, embora haja uma corrente que não crê na formação de uma identidade a partir do âmbito local, ele considera que os indivíduos resistem à individualização e se organizam em associações comunitárias que podem gerar um sentimento de pertença e em longo prazo uma identidade cultural, comunal. De acordo com sua hipótese, isso acontece a partir de um processo de mobilização social, ou seja, as pessoas participam de movimentos urbanos onde são revelados e defendidos interesses em comum. Nesse sentido, a vida passa a ser de algum modo compartilhada, produzindo-se um novo significado.

Ele nos revela três formas e origens de construção da identidade. A primeira se refere à identidade legitimadora, constituída a partir da dominação internalizada que legitima uma identidade imposta, padronizadora e não-diferenciada. Essa ação é realizada pelas instituições dominantes da sociedade, com objetivo de ampliar sua dominação em relação aos atores sociais, que terminam por legitimar e internalizar essa identidade. Como veremos

no desenvolvimento do trabalho, o que o Estado tentou fazer com os moradores das favelas pode ser visto a partir desse conceito.

A outra é referente à identidade de resistência. Realizada pelos atores que se encontram em posição ou condição desvalorizada e estigmatizada pela lógica da dominação, criando mecanismos de resistência com base em princípios diferentes ou opostos dos que permeiam as instituições da sociedade. A identidade de resistência origina comunidades e nos permite pensar na construção da identidade do morador de Nova Holanda principalmente a partir da mobilização em relação ao movimento associativo.

A última se refere à identidade de projeto que consiste na construção de uma nova identidade capaz de redefinir a posição dos atores na sociedade e assim transformar toda a estrutura social.

Concluindo, enfatiza que *“... a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade”*<sup>11</sup>.

A construção da memória está relacionada também a atribuição de sentidos a objetos concretos, como enfatiza Santana<sup>12</sup>. É a partir desses objetos que toda uma experiência retorna, é construída e reconstruída. *“Em algum momento o coletivo atribui ao seu espaço ocupado o seu sentido. O constitui e o ocupa de forma que se identifique com ele, que se veja nele. Atribui a determinados trechos do espaço, sentidos definidos que, se para outros podem parecer esquisitos, para o grupo tem caráter vital, pois fala, assinala, com sua existência, a história, a trajetória, as experiências pelas quais passou o grupo. São seu patrimônio consubstanciado em monumentos”*.

Pollak<sup>13</sup> acrescenta que são esses pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. No caso de Nova Holanda, a partir dos depoimentos dos moradores, especialmente os mais antigos e aqueles que estiveram diretamente envolvidos na Associação de Moradores, e vivenciaram a transformação do espaço, um ponto de referência é a Praça do Valão que foi construída durante a gestão da Chapa Rosa onde existia uma vala de esgoto que corria a céu aberto e

dividia a comunidade. A pedido dos moradores foi construído uma Praça sobre a vala canalizada sendo batizada de Praça do Valão.

Outro elemento importante na constituição da memória, que também podemos entender como um ponto de referência, em relação ao movimento associativo é a própria Chapa Rosa. Quando, durante as entrevistas, se perguntava a respeito da Associação de Moradores, imediatamente os entrevistados se remetiam à época da Chapa Rosa e da Eliana Sousa Silva.

Pollak conclui que *“torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais”*.

Em Nova Holanda, a questão primeira do movimento associativo era dar uma marca ao espaço, visto que seu processo de ocupação se deu de tal forma que os moradores não reconheciam aquele espaço como seu local de moradia, já que em qualquer momento poderiam ser retirados dali. O objetivo do movimento era inscrever naquele espaço uma identidade comum entre os moradores, um significado para eles.

Finalmente, tentamos enfocar a partir dessa pesquisa a atuação dos moradores das favelas na constituição do seu espaço social, apoiada principalmente na memória coletiva. Não obstante, essa memória poderá ser partilhada com outros setores da sociedade, possibilitando que a versão desses atores dos acontecimentos daquele momento passe a ter reconhecimento e legitimidade que há muito lhes eram devidos.

---

<sup>1</sup>Esse trabalho é fruto da dissertação, em andamento, no Mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO, sob orientação do professor Marco Aurélio Santana.

<sup>2</sup> A Maré é composta por 16 comunidades e recebeu o título de bairro em 1994, pelo então prefeito César Maia.

<sup>3</sup> O Projeto Rio foi uma intervenção do Governo Federal que tinha por objetivo urbanizar as favelas situadas ao longo da Avenida Brasil. Sobre o Projeto Rio, entre outros, ver BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, M. e ZALUAR, A. Um século de favela, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>4</sup>CEASM. Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

<sup>5</sup>BOSI, E. Memória e Sociedade. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983. p. 55.

---

<sup>6</sup> WEHLING, A. e WEHLING, M. J. Memória e história: fundamentos, convergências, conflitos. In: WEHLING, A. et.al. Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.

<sup>7</sup> POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, n.º 10, RJ, CPDOC, 1992. p.201.

<sup>8</sup> Idem, p. 204.

<sup>9</sup> CASTELLS, M. O poder da identidade. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 22

<sup>10</sup> Idem, p. 23.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>12</sup> SANTANA, M. A. Memória, cidade e cidadania. In: GONDAR, J.; THIESEN, I. (orgs.). Memória e Espaço. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000. p. 50.

<sup>13</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989.